

# PMDB e PDT definem estratégias

por Marcos Magalhães  
de Brasília

O bloco governista no Congresso Nacional conseguiu indicar os relatores das duas medidas provisórias que compõem o novo plano econômico, mas a oposição também começa a traçar uma estratégia de ação. Enquanto o PDT — que detém a terceira bancada da Câmara — decidiu votar contra a admissibilidade e o mérito das medidas, o PMDB resolveu optar pela apresentação, nas comissões, de uma proposta alternativa.

“Vamos sempre buscar

primeiro o entendimento”, afirmou ontem o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte (RS).

“Mas, se isso não for viável, nós vamos entrar com um substitutivo às medidas”, previu.

Em outras palavras, o PMDB pretende apresentar um conjunto global de emendas às medidas que compõem o plano econômico. Caso elas sejam parcialmente admitidas pelos relatores, dentro de um acordo político, o partido passa a apoiar a iniciativa. Se o PMDB não se sentir contemplado, a única tática

será a alteração das medidas em plenário.

“A primeira negociação será nas comissões, que até hoje não participavam de um debate restrito aos líderes dos partidos”, observou o deputado Tidei de Lima (PMDB-SP). “Caso não seja possível avançar nesse primeiro momento, vamos valer de todos os instrumentos regimentais para melhorar as medidas”, afirmou o deputado.

O líder do PDT na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), anunciou que o partido vai entrar com uma ação de inconstitucionalidade contra a Medida

Provisória nº 294, por causa da taxação em 35% do pagamento dos saldos junto ao Sistema Financeiro da Habitação e da delegação de poderes ao Ministério da Economia para alterar o sistema tributário.

Segundo Vivaldo, o PDT também apresentará emendas à Medida 295, especialmente no que se refere à questão salarial. “Não podemos tolerar o arrocho previsto na medida”, disse o líder. Por isso, o PDT vai sugerir a volta da correção mensal dos salários segundo a variação integral do IPC, índice extinto pelo atual plano econômico.